

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM DEFICIENCIA  
FISICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA CRE-  
CHE ALICE SUASSUNA - BAYEUX**

João Pessoa – PB

2016

Dayse Ferreira Cícero

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM DEFICIENCIA  
FISICA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA CRE-  
CHE ALICE SUASSUNA - BAYEUX**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia,  
com o objetivo de obtenção de nota para a disciplina  
de Trabalho de Conclusão de Curso, do Departamento de Habilitações Pedagógicas, da Universidade federal da Paraíba.

Orientadora: Izaura M. Andrade da Silva

João Pessoa – PB

2016

C568p Cícero, Dayse Ferreira.

O processo de inclusão de estudante com deficiência física e a educação infantil: um estudo de caso na Creche Alice Suassuna - Bayeux / Dayse Ferreira Cícero. – João Pessoa: UFPB, 2016.  
49f.

Orientadora: Izaura M. Andrade da Silva  
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Inclusão. 3. Estudante com deficiência física. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.2(043.2)

Dayse Ferreira Cícero

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM DEFICIENCIA  
FISICA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA CRECHE  
ALICE SUASSUNA - BAYEUX**

Aprovado em: 02 / 12 de 2016.

**Banca Examinadora**

Izaura M<sup>te</sup> de Andrade da Silva

Dr<sup>a</sup> Izaura Maria de Andrade da Silva  
Universidade Federal da Paraíba  
(Orientadora)

---

Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca  
Universidade Federal da Paraíba  
(Examinador)

---

Dr<sup>a</sup> Santuza Mônica de França  
Universidade Federal da Paraíba  
(Examinadora)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força e me ajudado a chegar até aqui, pois se não fosse por ele eu não teria conseguido concluir o curso.

À minha querida avó que me apoiou e me deu forças quando eu queria desistir. Por sempre estar ao meu lado acreditando no meu potencial.

Ao meu esposo pela paciência e companheirismo, compreensão silenciosa e pelos carões carinhosos.

À minha mãe e meu padrasto que me deram força e por nos momentos difíceis me apoiarem tanto.

À minha orientadora que me apoiou e acreditou em mim, no meu potencial. E pela sua contribuição para meu desenvolvimento como pesquisadora.

Meus sinceros agradecimentos a todos que direta ou indiretamente me apoiaram durante esta caminhada. Amo todos vocês!

*Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível (FREIRE, 2003, p.120-121)*

## **RESUMO**

Este trabalho tem como foco analisar o processo de inclusão de um aluno com deficiência física na creche. A pesquisa tem como objetivo responder as questões: será que a creche está acessível para receber alunos com deficiência física? Existe e como se dá o tratamento e formação dos professores em relação a inclusão deste aluno? Como está criança é acompanhada? Há algum outro espaço especializado, além da escola que possa ajudar no seu desenvolvimento? Quais as metodologias curriculares utilizadas pela professora para a aprendizagem deste aluno com deficiência? A prática inclusiva é aquela em que o professor ou professora considera a diversidade de seus alunos (as) e tenta atender suas necessidades educacionais flexibilizando as ações voltadas para o acesso à participação social e ao conhecimento procurando meios para esse processo acontecer. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de coletas de dados a observação com diário de campo; questionários com diretora, professora, cuidadora e a mãe do aluno observado. O resultado da pesquisa mostrou que a creche não tem estrutura física para comportar alunos com deficiência física e nem recursos didáticos para apoiar os professores na aplicação de uma metodologia inclusiva.

**Palavras-chave:** Processo de Inclusão, Educação infantil, Estudante com Deficiência Física.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the process of inclusion of a student with physical disability in the day care center. The research aims to answer the questions: Is the day care accessible to receive students with physical disabilities? Is there and how is the treatment and training of teachers related to the inclusion of this student? How is this child accompanied? Is there any other specialized space besides the school that can help in its development? What are the curricular methodologies used by the teacher for the learning of this disabled student? Inclusive practice is one in which the teacher or teacher considers the diversity of their students and tries to meet their educational needs by making flexible the actions aimed at access to social participation and knowledge seeking ways to this process to happen. The research adopted the qualitative approach, using as data collection instruments the observation with field diary; Questionnaires with the director, teacher, caregiver and the student's mother. The research results showed that the day care center does not have a physical structure to support students with physical disabilities or didactic resources to support teachers in the application of an inclusive methodology.

**Keywords:** Inclusion process, child education, student with physical disability



# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>13</b>
2.1. A Educação infantil no Brasil .....	16
<b>3. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: trajetória de lutas, desafios e conquistas.....</b>	<b>22</b>
<b>4. PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>28</b>
<b>5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>
5.1. Caracterização da instituição .....	30
5.3. Análise de dados.....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa sobre processo de inclusão na educação infantil de um aluno com deficiência física, configura-se como um estudo de caso na Creche Alice Suassuna em Bayeux. Vários autores (DE VITTA; EMMEL, 2004; BISCEGLI, 2007 et al; BERSCH; MACHADO, 2007) concordam sobre a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança, principalmente se este atendimento educacional for de boa qualidade. Isso é especialmente válido para a criança com necessidades especiais.

[...] a educação infantil, proposta nos espaços da creche e pré-escola, possibilitará que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando: brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade (BERSCH; MACHADO, 2007, p.19).

A educação infantil tem enfrentado vários problemas, os professores têm se achado despreparados e em muitos casos tem que procurar capacitação por conta própria para atender as dificuldades dos seus alunos.

A pesquisa tem como objetivo responder as questões: será que a creche está acessível para receber alunos com deficiência física? Existe e como se dá o tratamento e formação dos professores em relação a inclusão deste aluno? Como está criança é acompanhada? Há algum outro espaço especializado, além da escola que possa ajudar no seu desenvolvimento? Quais as metodologias curriculares utilizadas pela professora para a aprendizagem deste aluno com deficiência?

A escolha desta pesquisa veio através da minha experiência como monitora de um aluno com deficiência física e intelectual, usuário de cadeira de rodas. Esse aluno estudava na Educação infantil em uma escola pública da cidade de Bayeux. O ambiente escolar inviabilizava a participação independente do aluno pela falta de acessibilidade.

Esta pesquisa é um estudo de caso, portanto de cunho qualitativo, aplicada com uma coleta de dados realizada por meio da observação e entrevistas de forma estruturada com métodos experimentais e objetivos exploratórios. Busca verificar a acessibilidade arquitetônica da escola, avaliar como está acontecendo o processo de inclusão deste aluno, identificar as metodologias utilizadas pela professora para aprendizagem do aluno com deficiência; Identificar se o processo está avançando ou se está estacionado, contribuir para um melhor desenvolvimento e aprendizagem do aluno, se possível.

A observação realizada irá se estenderem todos os espaços da escola e em seu entorno. As entrevistas serão feitas com os pais, gestores, professora e monitora do aluno, procurando saber como na visão deles está sendo realizado este processo de inclusão deste aluno. Como afirma Gonsalves (2003, p. 68),

A pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão e com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica, ou seja, que envolve a compreensão humana. Neste sentido, o pesquisador observa não apenas o objeto em estudo, mas todo o seu contexto.

O processo de pesquisa metodológica implica na construção da aprendizagem, tendo como objetivo conhecer o cotidiano educacional e a prática pedagógica da professora em sala para com os alunos, realizamos observações sistemáticas. Foi realizado na creche Alice Suassuna na cidade de Bayeux, com uma criança de 3 anos que é deficiente motor.

Segundo Rita Bersch (2010, p.13) a deficiência física é "um termo muito abrangente e implica a alteração do sistema muscular, esquelético ou neurológico, com reflexos na função física e que se manifesta por falta ou danos no controle da postura e de movimentos."

Ele está matriculado em uma sala de aula na qual ele passa o dia inteiro com 26 crianças sob orientação de uma professora e uma cuidadora durante o período da manhã e à tarde sob orientação apenas da cuidadora. O aluno foi encaminhado para o CRIS para receber acompanhado pelo menos uma vez por semana e segundo a mãe ele começou a ser acompanhado por um fisioterapeuta, mas não tiveram condições financeiras de levá-lo. Para a construção dos dados, o recurso escolhido inicialmente foi a observação realizadas em 8 (oito) visitas a instituição. A escolha desta sala foi porque nesta creche ele é o primeiro aluno com deficiência física acolhido e eu já trabalhei na creche e vi as dificuldades apresentadas pela

infraestrutura e em relação a capacitação dos funcionários. Durante as visitas e a partir da observação foi registrado o dia a dia deste aluno em sala de aula e como a professora e monitora se posicionavam diante das singularidades do mesmo.

A observação é um dos instrumentos indispensáveis para uma pesquisa, e para que tenha vigor em uma pesquisa científica é necessário que seja realizado com organização e respaldo. Por isso sendo as autoras Ludke e André (1986), a observação proporciona um contato mais pessoal e estreito do pesquisador com o sujeito da pesquisa.

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da "perspectiva do sujeito", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.26)

Com base nas vivências e de acordo com as observações foi possível descrever os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, o local, as atividades e eventos especiais com um olhar mais minucioso dos fatos, comparando os registros com as conversas tidas com os sujeitos da pesquisa.

Para alicerçar a pesquisa foi utilizado como coleta de dados através de questionários os quais foram respondidos pela diretora, supervisora, professora, monitora e mãe da criança, onde a partir das respostas podemos avaliar sobre o que sabem sobre o processo de inclusão na creche e em todo o meio. Para o desenvolvimento dos questionários, foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido apresentado aos sujeitos da pesquisa. Não houve objeção por parte dos entrevistados em responder os questionários, houve uma pequena objeção por parte da diretora em apresentar apenas alguns documentos relacionados a escola e o diagnóstico do aluno. Porém era visível o despreparo para uma proposta inclusiva em relação a professora e monitora.

Como eu já trabalhei na instituição a diretora me deixou à vontade para as observações do ambiente e deixou tirar algumas fotos, me informou que creche não tinha PPP para substituição do documento era usado um termo que ela ia procurar porque não sabia onde estava. Para saber como era a situação da comunidade foi necessário passar por algumas ao

redor e observar o seus ambientes, alguns aspectos que pude perceber foi que a comunidade é muito carente, a estrutura psicológica e socioeconômica das mesmas é muito precária e não há nenhum projeto com uma prática inclusiva para melhoria desta situação.

Nos próximos capítulos serão apresentados a história da educação inclusiva e da educação infantil e seus fatores legais, as lutas e conquistas enfrentadas por todos e como se deu o avanço e a aceitação da sociedade. Trazendo como respaldo uma educação de todos e para todos. E por fim o estudo sobre o processo de inclusão atualmente visando como objeto de estudo um aluno da educação infantil.

## 2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de infância é resultado de uma construção histórico-social. A partir daí começou a se pensar no conceito de infância, sabendo que sempre existiu criança, mas nem sempre a infância esteve presente para estes.

De acordo com Bujes (2001, p.13):

Durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo ao qual ela pertencia. Era junto aos adultos e outras crianças com as quais convivia que a criança aprendia a se tornar membro deste grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta.

Na idade média as crianças eram consideradas como adultos em miniatura (adultocentro), algumas instituições que serviam como reformatórios para crianças em situações desfavoráveis ou abandonadas, as atividades realizadas por elas eram as mesmas dos adultos, de acordo com os seus costumes e a sua interação com o meio. Naquela época o conceito de criança era baseado em questões físicas por isso se determinava a infância que seria do nascimento dos dentes até os sete anos. Como afirma Ariès (1978, p.6):

A primeira idade é a que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras. Neste sentido, este período da criança seria considerado dessa maneira pela falta da fala ou por alguns comportamentos inesperados “irracionais” por considerarem que a racionalidade só estaria presente nos adultos, sendo esses seres pensantes e capazes de agir e reagir, ao contrário das crianças.

No campo educacional, as mudanças tiveram início justamente na Europa no século XVIII, consequentemente da passagem do feudalismo para o capitalismo. Com a Revolução Industrial, o modo de produção que era doméstico e do qual as crianças também participavam, passou a ser fabril, passando a ter a necessidade de mais mão de obra nas fábricas. A partir daí as mulheres estavam sendo inseridas no mercado de trabalho. E dessa forma, ocorreu uma alteração no modo de as famílias cuidarem e educarem seus filhos, o que exige a reorganização social (ZABALZA, 1998).

Como a criança passou muito tempo sem despertar o seu verdadeiro valor e os pais não demonstravam nenhuma afetividade para com estes e foram ficando assim sob o cuidado de outras pessoas. Zabalza (1998, p. 66) destaca:

na origem dessa nova identidade da infância está a revolução industrial e a consequente “mudança da posição da família na sociedade, o diferente equilíbrio e separação entre âmbitos e papéis reprodutivos [...] a criança torna-se o objeto e ao mesmo tempo, o testemunho e instrumento desta família, o símbolo das necessidades que precisam ser atendidas e devido as quais a própria família constituiu-se como tal: afetividade, cuidados, reconhecimento, continuidade (inclusive como continuidade do capital na família burguesa), autoafirmação (incluindo a possibilidade de obter, através dos filhos, se não uma amortização de uma dívida, pelo menos um ressarcimento social nas famílias e nas classes subalternas).

O trabalho realizado com as crianças durante meados do século XX nas creches, na década de 1930 e 1960, visava apenas o assistencialismo-custodial, ou seja, o cuidado era com alimentação, higiene e segurança física. Mas, com o intuito de não se ter crianças abandonadas pelas ruas criaram creches, asilos e internatos para servirem como instituições destinadas a cuidar destas crianças pobres. Conforme afirma Oliveira (2002, p. 92), essa solução seria a “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”, isto é, uma maneira de esconder os problemas daquela época. Estes eram:

[...] filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros, ou o recolhimento das mesmas nas “rodas de expostos” existentes em algumas cidades, criadas desde o início do século XVIII por entidades religiosas que procuravam fazer com que elas fossem conduzidas a um ofício quando grandes, preparando-as, pois, como mão-de-obra barata (MESGRAVIS apud AGUIAR, 2002, p. 23).

Apesar de algumas instituições oferecerem cuidados a estas crianças havia ainda grande número de mortalidade infantil, devido ao grande risco de morte pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral.

Em decorrência destas condições, uma criança morta era substituída por outros e sucessivos nascimentos, pois ainda não havia, conforme hoje existe, o sentimento de cuidado, ou paparicação (Áriès, 1981), pois as famílias, naquela época, entendiam que a criança que morresse não faria falta e qualquer outra poderia ocupar o seu lugar.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÈS, 1981 p. 65)

Nesse momento da história da humanidade as pessoas viam as crianças como um ser imperfeito, inacabado, fraco, bem como desprovido de qualquer conhecimento. Portanto, a maior função da escola nessa época era introduzir repetidamente regras para as crianças, sendo estas regras costumes e valores sociais e morais com o objetivo preparar para o trabalho.

Com o estilo de sociedade patriarcal, a intenção era criar uma solução para os problemas dos homens, já que os mesmos não queriam a responsabilidade de assumir a paternidade, supondo que, nessa época, o conceito de infância não era bem definido em relação à especificidade da criança, pois essa era “[...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Segundo Ariès (1981 apud Soares, 2001, p. 20),

Prevaleceu uma sociedade em que a criança era encarada como ‘qualquer coisa’ sem muita importância, que facilmente podia desaparecer, e pela qual não havia grande investimento emocional – talvez como forma de os adultos salvaguardarem os seus próprios sentimentos.

Como consequência, surgem, também, as primeiras instituições destinadas ao atendimento específico para crianças pequenas, inicialmente, para o cuidado e a assistência às crianças órfãs, filhas da guerra ou do abandono produzido pela pobreza, miséria e movimentos migratórios. Estas primeiras instituições de “Educação Infantil” surgiram em vários países da Europa, e no Brasil em meados do século XIX um pouco mais tarde.

## 2.1. A Educação infantil no Brasil

No século XIX, ainda foram poucas as iniciativas de atendimento à educação infantil. Podemos dizer que, do período colonial até o início do século XX, pouco se fez no Brasil em relação ao amparo às crianças que viviam na pobreza. Já que não existia uma política gover-



namental referente às creches. Havia apenas um atendimento realizado no meio rural, com a finalidade de cuidar da criança pequena separada da mãe, o que acarretou em um grande número de crianças órfãs ou abandonadas. Enquanto uns acreditavam que eles serviam como “depósito” de crianças, outros defendiam que estes poderiam ser vantajosos para o desenvolvimento infantil.

Pode-se dizer que uma das instituições mais duradouras no Brasil, voltada ao atendimento infantil, antes mesmo da criação das creches, foi a Roda de Expostos (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Com o intuito de esconder a vergonha das mães solteiras está possuía como objetivo resguardar os filhos das uniões ilegítimas que eram abandonados pela mãe ou por outro membro da família, estes deixavam a criança ali e depois se retiravam do local, preservando, assim, sua identidade (PASCHOAL; MACHADO, 2009). A Roda dos Expostos, também conhecida como Roda dos Enjeitados, por muitos anos foi a única instituição de assistência às crianças desamparadas no Brasil. Apesar de parte da sociedade não apoiar o trabalho realizado nesta instituição, somente no século XX que o Brasil extinguiu o sistema da Roda dos Enjeitados (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Neste grupo também seriam inseridos os filhos dos escravos por causa da abolição dos mesmos que a partir deste acontecimento seriam considerados como livres, pois estes não iriam mais assumir as mesmas condições de seus pais, havendo, assim, um grande aumento de crianças abandonadas (OLIVEIRA, 2002).

Houve também um aumento destas instituições na época em que as fábricas utilizaram da mão de obra dos imigrantes europeus chegados ao Brasil por volta do final do século XIX, foi daí que se deu o início da mulher, no setor industrial.

Por outro lado, com o ideário liberal no final do século XIX, inicia-se o surgimento de uma nação moderna. A elite do país assimila os 11 princípios educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados nos centros de transformações sociais, ocorridos na Europa e trazidos ao Brasil pela influência americana e europeia. Nesse período, passa a existir no Brasil o conceito de “jardim de infância”, sendo esse recebido com muito entusiasmo por alguns setores sociais.

Ao longo do século XX, a educação infantil foi produzida e evoluiu de diferentes formas, sob a influência de diferentes pedagogos ou educadores, a começar com Froebel, conhecido pela criação dos jardins de infância. Ele enfatizava a importância do jogo e do brinquedo no processo de desenvolvimento infantil, sendo por isso, o criador de uma pedagogia diferen-

ciada para a educação das crianças e dos mais velhos, foi também um dos primeiros a agrupar as crianças por faixas etárias. Os quais eram de cunho privado, ou seja, apenas para educação dos filhos de pessoas da classe média industrial.

Foi então que a infância começa a ser destaque e ter importância para a família e para a sociedade, com isso se começa a pensar na criança como ser de pouca idade e como alguém que necessita de lugar, tempo, espaço e cuidados diversificados.

O primeiro jardim de infância particular no Brasil, fundado por Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo atender a alta aristocracia da época, todavia, também causou muita discussão, já que a elite não desejava que o poder público se responsabilizasse pelo atendimento às crianças pobres, e apresentava muitos empecilhos para que isto não acontecesse. Enquanto eram debatidas as questões sobre a polêmica de que os jardins de infância tinham como objetivo receber crianças pobres e tais instituições não serem mantidas pelo poder público, no Rio de Janeiro, em 1875, e em São Paulo, em 1877, visto que a única característica que distinguia ambas as instituições das já existentes no país era a parte educacional, inspirada em Froebel (OLIVEIRA, 2002).

Enquanto as instituições públicas eram criadas para atender às crianças pobres, visando apenas o assistencialismo, as particulares, apresentavam propostas de cunho pedagógico, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Observa-se, nesse contexto, que as crianças de diferentes classes sociais eram vistas de formas distintas, já que as classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que focava uma ideia de carência e as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que visava à criatividade e à sociabilidade infantil (KRAMER, 2001).

Mesmo com todo esse discurso sobre o jardim de infância ser voltado à classe alta, somente no período republicano surgiu o primeiro jardim de infância público, em 1896, após a criação do jardim de infância particular. E em 1899, Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, tendo como objetivos: “[...] inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução etc.)” (KUHLMANN Jr, 1991, p. 21). No entanto, é importante mencionar que também no ano de 1899 cria-se a “[...] primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro” (KUHLMANN Jr, 1991, p. 18-19). Este instituto precedeu a criação, em 1919, do Departamento da Criança no Brasil, que objetivava não apenas fiscalizar

as instituições de atendimento à criança, mas lutar contra o trabalho que era realizado pelas mães voluntárias, que cuidavam dos filhos das operárias de maneira precária (KUHLMANN Jr., 1998).

Por outro lado, a história da creche está ligada à participação feminina no mercado de trabalho, em que mudou o papel da mulher em nossa sociedade e suas atribuições no âmbito familiar, especialmente no que diz respeito à educação dos filhos. Com a intenção de tornar a educação brasileira pública, gratuita e para todos surgiu a Constituição de 1988 que determina a creche como instituição educativa e não somente assistencialista passando a ser vista como um direito tanto das mães como das crianças.

De acordo com as autoras Paschoal e Machado (2009), a preocupação em volta do atendimento a todas as crianças, independentes da sua classe social, pôs início a um processo de regulamentação desse trabalho no âmbito da legislação. Nota-se que, até o final dos anos 1960, pouco se apresentou em termos de legislação que garantisse a oferta à educação infantil. De acordo com Haddad (1991), a questão da creche avançou muito no Brasil nos últimos anos, vários setores da sociedade, como os grupos ligados aos movimentos populares e outros, passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais.

Com o avanço educacional no Brasil em relação às creches e a educação infantil que foi o resultado de muitas reivindicações e discussões, e através de reformas foi criado a primeira lei que dá apoio e força a estas e é a partir dela a Constituição de 1988 que a criança de zero a seis anos passou a ser vista como sujeito de direitos, por essa razão, a Constituição demonstra que houve um grande avanço quanto à garantia de nossos direitos e daí por diante foram criadas várias leis para alavancar a educação de todos.

Segundo Leite Filho (2001, p. 31) “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil”. Diante deste contexto, a Constituição Brasileira de 1988 assegura, em seus artigos referentes à educação, a garantia do atendimento em creches às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Ainda há muitas melhorias a serem feitas na educação infantil, para que esta seja, de fato, consolidada como um espaço de educação para a criança pequena. Em outras palavras, queremos dizer a todos que se preocupem com a educação das crianças de zero a cinco anos, se preocupem com desafio que temos de vencer, ou seja, que a educação infantil hoje não deve

ser apenas um ambiente para as crianças passarem um tempo ou para serem guardadas, mas sim um ambiente para desenvolvimento e troca de conhecimentos e habilidades atuando também em meio a sociedade “família e o seu meio” como um cidadão.

Com isto sabe-se que a constituição de 1988 traz que é obrigação da escola complementar a ação da família no desenvolvimento da criança na sua globalidade, potencializando o desenvolvimento integral da criança. Desta forma à Educação Infantil cabe um entendimento acerca de propostas pedagógicas consistentes no sentido de fomentar a transformação dos conhecimentos intuitivos em científicos, capazes de promover um trabalho para que as crianças desenvolvam atividades de caráter interativo; capaz também de produzir discussões acerca de seu desenvolvimento intelectual no sentido de ampliar sua experiência sensorial e reflexiva sobre o mundo físico e social, considerando as marcas de suas origens culturais bem como seus conhecimentos prévios, estabelecendo-se aí, processos de subjetivação, de constituição ativa de sujeitos desde a mais tenra idade.

Deste modo, a inclusão da creche no âmbito educativo abre importantes perspectivas quanto ao avanço de propostas que reconhecem a necessidade de atender às crianças pequenas. Neste contexto, Haddad (1991) ressalta que o cuidado infantil remete a um cuidar concebido, ou seja, ver a criança como um ser único, como um indivíduo repleto de potencialidades e competências a serem desenvolvidas, assim procurando entendê-la para então promover seu desenvolvimento.

Não se trata de uma tarefa fácil discorrer sobre as questões que englobam a Educação Infantil no país e no mundo. Já que há muitas problemáticas, tanto na legislação como no campo pedagógico, que ainda cercam uma grande maioria das instituições de atendimento a infância. Podemos dizer que, nesta modalidade de ensino, há um preconceito muito grande, pois muitos ainda pensam que existe apenas o cunho assistencialista dentro dos Centros de Educação Infantil.

Atualmente, percebe-se que as propostas de educação infantil dividem-se entre as que reproduzem as referências e os modelos da escola elementar, com ênfase na alfabetização da linguagem escrita e na matemática (antecipação – em miniatura - das práticas de escolarização do ensino fundamental), e as que partem do princípio de que a infância é um tempo de constituição do ser a partir da ampliação das referências com e no mundo; a partir da integralidade do desenvolvimento das diferentes formas de ser e estar no mundo; a partir da brincadeira

como princípio de conhecimento sobre o mundo circundante e sobre si mesmo, sobre as coisas e os seres. Ou seja, escolas para crianças pequenas que se constituem em espaços de imitação do mundo dos adultos, ou de desenvolvimento de diferentes experiências entre pessoas, a partir de diferentes linguagens, indo muito além das linguagens escritas.

Precisa-se, desta maneira, ter o conhecimento do que é necessário ser desenvolvido com a criança, respeitando suas necessidades caracterizadas pelo desenvolvimento intelectual, físico, emocional, para não incorrerem em equívocos de propostas errôneas e desrespeitosas com relação à infância e à criança. Entendemos que o importante na infância e o que deve ser priorizado na educação infantil são as interações: das crianças com as outras da mesma idade e com os demais sujeitos, gerando experiências de diversas ordens na relação com os mundos físicos, sociais, emocionais que são produzidos em diferentes realidades socioeducativas, admitindo que estes são indissociáveis e devem ser trabalhados de maneira integrada.

Ao olharmos para a sociedade de um modo geral podemos destacar inúmeras “sociedades” cada uma com suas próprias crenças e costumes. Um exemplo bem simples e que conhecemos é o Brasil, um país diversificado em relação às regiões e suas múltiplas culturas, as quais têm seus próprios conceitos e visão em relação à criança e a infância. Indiscutivelmente hoje a criança é tida como sujeito principal do processo de construção de sua identidade.

No contexto da educação infantil, sabe-se que é por meio da socialização e de atividades que visem a integração entre cuidar e educar que este desenvolvimento acontece, mas isto deve acontecer desde o planejamento destas atividades até a sua execução com responsabilidade e respeito ao desenvolvimento infantil.

O principal questionamento que os pais e as pessoas em geral se fazem é se a educação infantil serve para cuidar ou educar as crianças. Aos poucos estes vão percebendo que não há como separar o cuidar do educar e que, portanto, são indissociáveis.

O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

Desta forma, fica evidente a inter-relação cuidar e educar, pois ato de educar não está fragmentado nem desvinculado do ato de cuidar. Por exemplo, quando estamos educando a

criança no que se refere aos hábitos de higiene, alimentação, entre outros hábitos, também estamos cuidando de sua saúde ao mesmo tempo. Educar é, também, explorar atividades pedagógicas que englobem o desenvolvimento de habilidades, sejam estas cognitivas, valorativas, afetivas, psicológicas, físicas, entre outras, utilizando-se de jogos e brincadeiras.

O cuidado não é apenas a intervenção do educador para evitar acidentes, para preservar a integridade física da criança, mas também o sentimento e a preocupação que este dispensa a ela, tendo sempre presente do que a criança precisa aprimorar, assim como a disponibilidade em ser seu parceiro no processo ensino-aprendizagem.

Didonet (2003, p. 6) esclarece a relação cuidar e educar quando diz: “Não há um conteúdo educativo” na creche descolada dos gestos de cuidar. Não há um “ensino”, seja um conhecimento ou um hábito, que se use via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança.

Portanto, não se educa uma criança sem que, concomitantemente, esteja cuidando por meio de sua higiene, alimentação e proteção de sua integridade física. Por exemplo, quando se troca a fralda de um bebê com carinho e conversando com ele, se está estimulando a fala e a oralidade da criança, ao mesmo tempo em que se está cuidando dele. Da mesma forma na hora do banho quando se permite que os pequenos realizem movimentos corporais e descubram seu próprio corpo, se está trabalhando noções de higienização do próprio corpo; um hábito saudável que deve ser trabalhado constantemente em toda a vida.

### **3. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: trajetória de lutas, desafios e conquistas.**

A educação inclusiva vem despertando estudos e pesquisas na área da Educação, para entender os diversos fatores que contribuíram para a complexidade da situação atual, são necessário conhecer os caminhos percorridos até a atualidade visando à educação das pessoas com deficiências.

Beyer (2005), ao analisar a história da Educação Especial em âmbito mundial fazendo todo um contexto que demarca quatro momentos históricos importantes da educação das pessoas com deficiência: exclusão do sistema escolar; atendimento especial no sistema escolar; integração no sistema escolar regular e inclusão no sistema escolar regular. Conhecermos essa trajetória é fundamental para entender as percepções que ainda estão presentes nas relações sociais com as pessoas que apresentam deficiência e que interferem diretamente nas suas possibilidades de acesso ao conhecimento.

Pois, a educação inclusiva atualmente é historicamente desenvolvida por causa das lutas e conquistas ao longo do tempo criadas para atender a um grupo social tão excluído pela sociedade. Todo processo educacional precisa ser revisto se adequando às novas exigências, pois a inclusão tem que sair do papel, sendo assumida com responsabilidade, em qualquer espaço social.

Na Grécia antiga encontramos uma narrativa de exclusão, segregação e separação de classes, que são fortes e marcantes. Nesse período histórico as pessoas com deficiência não tinham direito à vida, o extermínio ao nascer era uma prática aceita socialmente.

A visão social a respeito das pessoas com deficiência, até a Idade Moderna, estava diretamente ligada a superstições, preconceitos e crenças infundadas. Segundo Mazzotta (1996), havia um conceito social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de incapacitado, deficiente, inválido e era uma condição imutável havendo pouca base científica para o desenvolvimento de noções realistas, e isso levou à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população. Pois a ausência de conhecimento sobre as deficiências criava uma sociedade preconceituosa e ignorante as pessoas por causa de seus aspectos.

A primeira instituição especializada na educação de pessoas com deficiência foi fundada em Paris, no ano de 1770, pelo abade Charles M. Eppée para educar os surdos-mudos (MAZZOTTA, 1996). Também em Paris, em 1784, Valentin Haüy, fundou o Instituto Nacional dos Jovens Cegos. As pessoas com deficiência física começam a ser atendidos em 1832, em Munique, na Alemanha, em uma instituição para educar os “coxos”, “manetas”, “paralíticos”, como eram denominados na época. Para as pessoas com deficiência intelectual, somente no século XIX é que surgem iniciativas voltadas para sua educação. Fato marcante para que

isso acontecesse foi o trabalho do médico Jean Marc Itard (1774-1838) com um menino “selvagem”, capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800 (MAZZOTTA, 1996).

As iniciativas relativas à Educação Especial tiveram início na Europa e se expandiram para os Estados Unidos, Canadá, e no ano de 1854, chegaram ao Brasil com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, por D. Pedro II, que criou também, em 1857, o Imperial Instituto dos Surdos-mudos (MAZZOTTA, 1996).

Na primeira metade do século XX, novas escolas foram criadas, mas é na segunda metade desse século que aconteceu um aumento crescente de entidades voltadas para a educação das pessoas com deficiência. Beyer (2005) destaca a importância dessas escolas que se ocuparam das crianças com deficiência que eram consideradas “não educáveis”.

Somente com o surgimento das escolas especiais, as crianças com deficiência obtiveram a chance de poder frequentar, finalmente, uma escola. Este foi na verdade o grande mérito das escolas especiais, isto é, elas se constituíram nas primeiras escolas que atenderam alunos com deficiência (BEYER, 2005, p. 14).

Com a criação das classes especiais, os(as) alunos(as) com deficiência começaram a frequentar as escolas regulares, mas ainda em espaços segregados, especiais, restritos aos que apresentavam diferenças significativas no seu desenvolvimento e, conseqüentemente, também no processo de aprendizagem.

De acordo com Glat e Blanco (2009), esse tipo de atendimento acabou se transformando em um mecanismo de exclusão dentro das escolas regulares:

As classes especiais, que deveriam ser um meio para o aluno alcançar o ensino regular, tornaram-se um fim em si mesmas. E, mais grave ainda, acabaram virando depósito de alunos que apresentavam problemas de aprendizagem. Em outras palavras, eram “exilados” para as classes especiais alunos com dificuldades de adaptação às exigências de uma escola cujas práticas eram desvinculadas da realidade social na qual estava inserida (GLAT; BLANCO, 2009, p. 22).



A educação das pessoas com deficiência ainda acontecia, quase que exclusivamente, nas escolas especiais, em ambientes segregados. Essas mudanças em relação aos alunos com deficiência começaram a acontecer na prática mais ou menos na década de 60. Associações de pessoas com deficiência e, em alguns casos, seus familiares, se organizaram e iniciaram um movimento de crítica e não aceitação da segregação. Surgiram atitudes de investimento em serviços especializados.

O processo de integração escolar tinha por objetivo favorecer o ambiente o menos restritivo possível e oportunizar ao aluno (a) transitar entre o ensino especial e o ensino comum. O alunado passava por diversas etapas de inserção e, dependendo do grau de dificuldades que apresentava, frequentava escola especial, classe especial ou sala de recursos. Devia ser preparado para a integração total, no ensino comum, mas antes disso, precisava frequentar os serviços especializados. O modelo não contemplava a todos (as), pois os (as) que não apresentavam condições de serem transferidos (as) do ensino especial para o comum continuavam segregados (as).

O processo de integração, tendo como base a normalização, visava “preparar os alunos para serem colocados nas escolas regulares, o que implicava um conceito de ‘prontidão’ para transferir o aluno da escola especial para a escola regular” (MITTLER, 2003, p.34).

Para Mantoan (1997), a normalização visava tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas, condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis, de um modo geral, às pessoas de um dado meio ou sociedade. Neste sentido estavam tendo que inserir os segregados em instituições e denominaram integração, esta proposta foi como um pressuposto para a evolução da inclusão.

Para Mantoan (1998), esse foi o modo que a escola encontrou para ocultar o seu fracasso, isolando os (as) alunos (as) e integrando somente os (as) que não constituíam um desafio à sua competência. Assim, na sociedade nada mudava. As pessoas com deficiência é que precisavam se adaptar aos espaços urbanos, meios de transporte, atividades de lazer, trabalho e educação.

Com isso, percebemos que foi um bom avanço pois as crianças passaram a aprender ou não juntas. Pois segundo Mazzota, a história da educação no Brasil voltada para pessoas

com deficiência divide-se em dois grandes momentos: o primeiro de iniciativas isoladas (oficiais e particulares); e o segundo de iniciativas oficiais nacionalmente. Segundo o autor o primeiro ocorreu pela falta de políticas públicas voltadas para o atendimento destas pessoas e o segundo caracteriza-se pela definição de tais políticas (MAZZOTTA, 1996, p. 27-28).

Na década de 80, mais uma vez, as pessoas com deficiência começaram a protestar e exigir seus direitos de cidadãos, propondo mudanças significativas na sociedade para que suas necessidades fossem atendidas. Apareceu um novo modelo como diretriz de inserção social: o modelo social da deficiência. De acordo com esse modelo, definido por Sassaki (1999), cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Esse movimento deu início ao processo de inclusão social no qual as pessoas com deficiência e a sociedade buscavam, em parceria, soluções para que todos (as) pudessem participar, em igualdade de condições, de uma vida social digna e justa. No que diz respeito à educação, surgiu o paradigma da Educação Inclusiva: uma perspectiva que aponta na direção de que todas as crianças devem estudar juntas, independentemente de suas diferenças ou dificuldades. . O processo de inclusão tem como meta promover o acesso, permanência e percurso escolar, com sucesso, para os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no sistema regular de ensino, considerando-os, desde o início, membros da comunidade, com igualdade de direitos.

A Educação Inclusiva vem propor novas formas de inserção e de apoio ao percurso escolar da pessoa com deficiência. Stainback e Stainback falam a respeito desse momento de transição:

O fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 44).

É importante destacar, na fala dos autores anteriormente citados, o que as mudanças do movimento de inclusão propõem a: revogação de práticas excludentes no ambiente escolar e oportunidade de atendimento às necessidades de todos os (as) alunos (as). Assim, a Educação Inclusiva visa uma transformação considerável nos sistemas de ensino para atender a todos (as), não só os (as) alunos (as) com deficiência, como têm sido erroneamente entendidos no Brasil.

Desde o final dos anos 80, teve início, mundialmente, um movimento de discussão para que mudanças sociais acontecessem, garantindo o direito das pessoas com deficiência a uma vida social com igualdade de condições. Essa nova visão, de mudanças arquitetônicas e atitudinais para proporcionar a participação dessas pessoas na sociedade, deu origem ao conceito de inclusão. Esse conceito avançou no seguinte sentido: no processo de integração as pessoas com deficiência é que precisam se modificar, normalizar, para que possam fazer parte da sociedade; no processo de inclusão, a sociedade é que precisa se modificar para que todos (as) possam conviver.

Entendemos que a educação inclusiva é um movimento mundial baseado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, onde o objetivo principal é eliminar a discriminação e a exclusão, modificando os sistemas educacionais, de maneira a propiciar a participação de todos os alunos, especialmente aqueles que são vulneráveis a marginalização e a exclusão.

A educação inclusiva é baseada em conceitos e fundamentos de um modelo de educação que já existia, a educação especial. Resultado de uma mudança gradativa dos pensamentos e de conhecimentos que se tinham das pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência.

Segundo Mazzotta (2005, p. 15),

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

Com todos estes avanços podemos dizer com muita propriedade que as pessoas com deficiência só conseguiram essas mudanças com suas reivindicações e quebra de paradigmas mostrando que também são parte fundamental da sociedade e como cidadãos merecem respeito , com essa luta passaram das escolas especiais que os exilavam para as escolas regulares que os excluía e para finalmente escolas regulares que buscam incluí-los visando suas especificidades.

#### **4. PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO INFANTIL.**

A Declaração de Salamanca é considerada, mundialmente, um dos documentos primordiais relacionados à inclusão social. A Declaração de Salamanca (1994) enumera alguns princípios, políticas e práticas a serem considerados, entre os quais destacamos:

- Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
- Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
- As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminais, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas, promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo de promover o respeito e direito à liberdade de todos os cidadãos.

De um modo geral, a declaração dos direitos humanos prover para as pessoas com deficiência os mesmos direitos à dignidade, educação, desenvolvimento pessoal e social que para as demais pessoas.

O Brasil tem apresentado preocupação em relação a este assunto, tanto que elaborou dispositivos legais para orientar as políticas públicas e sociais. No Brasil, a Constituição da República de 1988 dispõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. O Artigo 206 aborda acerca do direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todos que estiverem em idade escolar. O Art. 208, por sua vez, é o que trata do Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo para os alunos com deficiência os mesmos direitos dos demais alunos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal que atribui, à criança e ao adolescente, prioridade absoluta no atendimento aos seus direitos como cidadãos brasileiros. Destacando que o Estatuto da Criança e do Adolescente é responsável por ajudar na transformação legal da realidade de muitas vítimas do abandono e da exploração econômica e social da infância e juventude em todo o Brasil.

Também temos legalmente as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, sancionada em 20 de dezembro de 1996 define e regulariza o sistema educacional brasileiro com base Constituição Federal. A atual LDB, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica, garantindo ainda, em conformidade com a Constituição Federal, o atendimento educacional especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê nos artigos 58, 59 e 60 as cláusulas referentes ao atendimento à educação especial e ao atendimento educacional especializado, e é claro que este atendimento deve acontecer acompanhando o direito à educação oferecida em turmas comuns da rede regular de ensino que não devem ser oferecidos em ambiente escolar à parte.

Estes são os documentos de maior importância para a educação especial e juntamente para a educação infantil. Os quais serviram como eixos fundamentais para a melhoria destas no âmbito da educação.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo do trabalho vem apresentar o resultado da pesquisa realizada para saber como ocorre o processo de inclusão de um aluno com deficiência física, tendo como sujeitos principais o aluno, a mãe do mesmo, sua professora e alguns funcionários da Creche Alice Suassuna na cidade de Bayeux.

### 5.1. Caracterização da instituição

A Creche Alice Suassuna que foi o campo da pesquisa e está localizado no perímetro urbano da cidade de Bayeux – Estado da Paraíba, da rede administrativa municipal. Tendo como responsável pela instituição a gestora WL. Foi criado em um bairro da capital para beneficiar as famílias carentes e de baixa renda deste local.

Seu espaço físico está distribuído em quatro salas de aula (que se dividem: duas para o Infantil II, uma para o Infantil III e uma para o Infantil IV), diretoria, dois banheiros infantil, um banheiro para funcionários, cozinha, almoxarifado, dispensa, pequeno pátio coberto e com brinquedos, espaço amplo ao redor da creche para brincadeiras ao ar livre.

A Creche Alice Suassuna está localizada em uma comunidade praticamente excluída. Com um contexto social e econômico crítico na maioria dos casos e que influencia algumas atitudes das crianças desta Instituição, há também a influência da ação do meio como, por exemplo, alguns são rejeitados pelos pais, são filhos de pais separados, presidiários, alcoólicose, mães solteiras, usuários de drogas, com baixa renda, desempregados e várias outros fatores que afetam o seu desenvolvimento.

A Creche Alice Suassuna funciona com uma equipe de funcionários que estão distribuídos nas seguintes funções: diretora, supervisora, secretária, professores, monitoras, cozinheira e sua auxiliar, auxiliares de serviços gerais e vigilantes. Tempo de atendimento a estas crianças é integral e no total são numa faixa de 110 crianças.

## 5. 2. Análise de dados

Na sala de aula observada são frequentes 23 crianças, mas estão matriculadas 26, e foi escolhido para ser sujeito desta pesquisa o André com três anos e é uma criança com deficiência motora tudo aconteceu por causa de uma cirurgia feita no coração e alguns dias após à cirurgia ele teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC), quando ele chegou à creche ele tinha dificuldades em se locomover, em falar e se entrosar com as outras crianças e demais funcionários, por causa do A.V.C. ele ficou com o lado direito paralisado. Ele foi diagnosticado pelo médico e este documento foi enviado para a juíza por umas questões legais (foi utilizado para a criança ter direito a uma ajuda de custo), segundo a diretora não tem uma xerox para ser apresentado. O único documento disponível são os diagnósticos apresentados pela professora desde do início do ano.

Atualmente a criança não está tendo nenhum acompanhamento técnico, foi encaminhado pela creche, mas a mãe alega que começou a levá-lo e com o passar do tempo ficou com dificuldades financeiras e parou de levá-lo. Na cidade tem o departamento responsável pela inclusão das pessoas com deficiências e a mãe está esperando que ligue pra ela e não sabe onde é este local.

No início em sala de aula, a professora com o apoio da cuidadora procurava de várias formas realizarem as atividades com ele, pois ele não nem ao menos sabia pegar no lápis e principalmente porque o lápis não era adaptado, então a dificuldade era dobrada, ele não queria brincar com nenhuma criança e só ficava em um canto da sala, não pedia para ir ao banheiro e usava fraldas.

Observamos que o André apresentava uma carência afetiva, pois em vários momentos ele não queria estar com as outras crianças e trocava esta experiência para apenas ficar no colo da professora ou da cuidadora, então conversamos com a mãe dele e ela relatou que talvez isso aconteça porque ela tem que dar mais atenção a filha mais nova que é de braço e ainda mama.

Com relação à cuidadora no início do ano era uma e da metade do ano até agora é outra, a primeira cuidadora era muito empenhada ajudava o André a melhorar a coordenação



motora da maneira que sabia, com exercícios simples de movimento e a tarde contava historinhas colocava materiais concretos para desenvolver sua coordenação motora ela tinha apenas o ensino médio. A segunda cuidadora disse que sentiu um pouco de resistência da parte do André em relação a ela e as atividades propostas, à tarde ela apenas conta historinhas e segundo ele tem muita dificuldade em relação ao desenvolvimento dele, pois ela acha que tem poucos materiais e cursos para o apoio ela também cursou o ensino médio, mas não concluiu.

Em relação às demais crianças no início ele apresentava resistência no entrosamento com o passar do tempo as crianças chamavam ele e o mesmo respondia e na maioria dos casos ele ia brincar com elas. André tem avançado e melhorado muito em relação ao convívio com os demais e na sua coordenação motora, já sorri, conversa e canta muito agora ele demonstra ser uma criança diferente de quando chegou.

De modo geral, não se observa muitas práticas de inclusão na Creche Alice Suassuna talvez por até falta de conhecimento dos participantes e até falta de recursos, pois observamos que eles sabiam a importância do processo de inclusão e que conseguiam fazê-lo em alguns momentos e em outros não.

Acreditamos que os profissionais da Educação de um modo geral precisam de mais apoio e precisam ser ouvidos, para poderem alcançar um melhor desenvolvimento em sala, isso deve acontecer principalmente em salas de educação infantil, além deste apoio estes profissionais precisam rever as suas práticas pedagógicas e precisam buscar melhorias profissionais que os ajudem com vários temas e um deles é a deficiência para que tenham um desenvolvimento de suas limitações.

Diante desta pequena consideração, esta pesquisa foi realizada com a diretora, uma professora e uma cuidadora da Creche Alice Suassuna e a mãe do aluno com deficiência. Os questionários foram transcritos, organizados e analisados conforme a literatura encontrada sobre o tema.

O questionário foi dividido em duas partes, a primeira foi dedicada ao Perfil do Entrevistado e a segunda parte foi constituída de perguntas abertas. Este bem específico com perguntas sobre a inclusão e preparação para o desenvolvimento desta inclusão e os desafios

encontrados em relação a esta inclusão, isto é como se dá a prática da Educação inclusiva neste ambiente.

Todos os questionários foram respondidos por pessoas do sexo feminino. Quanto às idades apresentavam em média entre 30 e 41 anos, sendo a mãe a única que apresentou entre 18 a 29 anos. Em relação à formação acadêmica das entrevistadas a diretora tem o curso superior em pedagogia, a professora está cursando o superior, a cuidadora tem o ensino médio incompleto e a mãe tem o ensino fundamental incompleto.

**Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados**

<b>Entrevistadas</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de Serviço</b>	<b>Vínculo Empregatício</b>
Diretora	30 a 41	Pedagogia	Entre 10 e 15 anos	Prestador de serviço
Professora	30 a 41	Pedagogia cursando	Entre 5 e 10 anos	Prestador de serviço
Cuidadora	30 a 41	Ensino Médio Incompleto	Entre 1 e 5 anos	Prestador de serviço
Mãe	18 a 29	Ensino fundamental incompleto	Não trabalha	_____

**Dados coletados pela autora**

Com relação às indagações da segunda parte do questionário, para cada tópico, tem-se uma síntese das respostas das entrevistas e uma análise que se dá em diálogo com a fundamentação teórica. Desse modo foi possível perceber a visão dos sujeitos do estudo.

- **Processo de inclusão na visão da diretora**

A diretora da Creche Alice Suassuna foi a primeira a ser convidada a responder ao questionário.

Segundo ela todos os funcionários estão preparados para atender alunos com deficiência e também quando recebem um aluno com deficiência é solicitado uma pessoa para acompanhar o mesmo, a sua expectativa foi boa em relação à receber um aluno com deficiência, em relação a criança tiveram uma pequena orientação referente ao mesmo. A

diretora relatou que a instituição não tem nenhuma barreira que impeça a inclusão deste aluno com deficiência, para ela a creche dá todos os suportes para o aluno e ele não é excluído.

Através da observação foi analisado que a instituição tem barreiras arquitetônicas, falta rampas, corrimões e estes impedem em alguns momentos a locomoção do aluno e que não por essa questão foi relatado pela diretora que se houvesse o interesse de algum pai matricular uma criança que fosse portadora de cadeiras de rodas, teria que ser encaminhado para outra instituição. Também em relação aos recursos são poucos ou podemos dizer nenhum.

No que se trata a formação profissional dos funcionários ela diz que mensalmente há formação para os cuidadores atenderem com mais habilidades os alunos com deficiência. Para ajudar na inclusão desta criança ela usa as suas metodologias, e diz que faz o que estiver ao seu alcance para a inclusão se fazer presente na instituição.

Para ela a instituição se mobiliza toda para o atendimento e inclusão deste aluno ajudando no crescimento do mesmo. E para ela o maior desafio é a colaboração dos pais, pois muitas vezes eles nem sequer querem nos ajudar no desenvolvimento dos seus filhos, só querem deixar as crianças na creche e ir embora.

Como todas as respostas a diretora se mostra sempre positiva e convicta de ela e toda a instituição faz o possível para o processo de inclusão acontecer, apesar dos contrapontos analisados no cotidiano desta instituição. Sabemos que vários fatores são necessários para a inclusão de todos os indivíduos em um processo de inclusão. E a partir disto sabemos que não só está, mas outras instituições sentem algumas dificuldades e se não sentem apresentam dificuldades para que o processo de inclusão ocorra.

Ao analisar a resposta da diretora vemos que ela tem pouco conhecimento sobre educação inclusiva e que para ela apenas aceitar o aluno é educação inclusiva. Também vem à tona a irresponsabilidade da família que ao invés de ajudar no desenvolvimento da criança tem como importante apenas a frequência da criança na creche.

Vemos que todos esses fatores interferem no processo de inclusão e aprendizagem do André.

- **Processo de inclusão na visão da professora**

A professora é indispensável para ocorrer o processo de inclusão educacional, por isso ela também foi convidada para contribuir na construção da pesquisa.

Para o levantamento de dados sobre este processo a professora respondeu os respectivos questionamentos segundo a professora à creche está preparada em alguns momentos e tem alguns profissionais que estão preparados para acolher alunos com deficiências, pois tem que ter paciência e conhecer a deficiência para a partir daí trabalhar para o desenvolvimento do mesmo. Segundo Stainback e Stainback (1999, p.21), "a educação inclusiva pode ser definida como a prática de educação de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aulas provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas". Entendemos que dessa maneira é preciso termos uma percepção, compreensão e principalmente novas práticas educacionais para o favorecimento do processo de inclusão e aprendizagem deste aluno.

Para ela foi muito tenso, ela diz que dava pra perceber que todos demonstravam um clima de preocupação, mas com o passar do tempo tudo se tornou mais fácil. Pois todos foram vendo o desenvolvimento dele.

No que se refere às barreiras para inserção do aluno com deficiência ela diz que não houve nenhuma barreira, pois a presença da criança nesta instituição é muito gratificante e prazeroso. Pois ele é muito amável. Relacionado a formação dos professores e um espaço especializado para atendimento do aluno ela diz que não tem nenhum dos dois

Percebe-se que na fala da professora essa formação que deveria existir não existe, então, como se procede em relação a inclusão deste aluno? Neste caso vimos que a professora tem que de algum modo utilizar suas próprias estratégias para conseguir desenvolver uma prática que ela nem sabe se é inclusiva. Para que o professor trabalhe num processo inclusivo é necessário que ao menos tenha conceitos preestabelecidos sobre inclusão e um olhar atento às especificidades, como também, as suas implicações. Devendo o professor ser mediador deste processo.

Durante o período de observação foi possível verificar poucas práticas inclusivas, pois o André pouco participa das atividades, participa mais das atividades escritas e na maioria das vezes são realizadas com alguém segurando em sua mão e sem nenhum material adaptado. Nas atividades relacionadas ao movimento que são andar dançar ele já realiza sozinho.

E ela confirmou que trabalha os mesmos conteúdos e o que diferencia é que ela trabalha com músicas para desenvolvimento dos movimentos e sons. Segundo ela a instituição deve andar junto com os professores para auxiliar no desenvolvimento das crianças no geral, dependendo um do outro.

De todas as dificuldades as gestões tem um maior desafio que é a questão da falta de recursos tanto para as crianças com deficiências como para as demais.

A professora relata que utiliza metodologias através dos instrumentos que tem, como: musicalização e brincadeiras populares que mexem com o corpo e estimulam o cérebro da criança. Explica que o professor tem que andar junto com a instituição, diz que uma depende da outra para construir uma atitude inclusiva. E que dentre muitas dificuldades uma das maiores enfrentadas não só pelos gestores, mas por todos da instituição é a falta de recursos.

- **Processo de inclusão na visão da cuidadora**

Porque os funcionários dão bastante atenção, no entanto, a preparação "cursos" não é oferecida. Podemos observar que a cuidadora acha que os funcionários estão preparados por causa do bom acolhimento que a creche oferece e só não tem cursos para melhoria deste atendimento. E a sua perspectiva foi normal porque ele já tinha experiência em outros lugares com crianças deficientes e lida também com sua filha deficiente.

Segundo a cuidadora não há nenhuma barreira aparente que tenha ocorrido para impedir a matrícula e permanência de André na instituição e ela também relatou que não tem nenhum curso que possa capacitar as cuidadoras ou demais funcionários para garantir o processo de inclusão.

A cuidadora disse que a criança ficava o dia inteiro sem vir para a creche por que a mãe tinha que levá-lo ao fisioterapeuta e que a responsabilidade das cuidadoras não era de realizar nenhuma atividade pedagógica, pois essa função era imputada diretamente para a professora ela era responsável pela questão do acompanhamento e ajuda na parte da higiene do mesmo.

Segundo ela na creche as atividades são diferentes das atividades pedagógicas realizadas na escola. Pois as atividades são mais relacionadas às necessidades dos alunos, ajudando no desenvolvi-

mento dos mesmos e também tem mais recursos materiais para as deficiências específicas. Em relação às duas últimas perguntas ela responde que a instituição como uma atitude inclusiva deixa a desejar porque oferece poucos recursos para a inclusão de crianças com deficiência e também as atividades são menos direcionadas para as especificidades de cada aluno seja ele deficiente ou não.

- **Processo de inclusão na visão da família**

O André é deficiente motor e segundo a mãe tem três anos e a causa da deficiência foi devido uma cirurgia que ele fez do coração e logo depois da cirurgia teve uma trombose que resultou um lado direito do corpo paralisado.

Conseguiram descobrir porque a vó dele desconfiou que ele não estivesse conseguindo mexer um lado e aí pediu pra o médico fazer exames pra saber o que aconteceu e ele fez e disse que foi uma trombose e que ele ia ficar sem os movimentos de um lado do corpo.

“Ele nunca estudou em lugar nenhum, o primeiro lugar que ele ficou foi na creche e eu acho muito bom lá, eles ajudam muito no desenvolvimento dele e cuidam muito bem dele, logo de cara ele foi aceito”.

O apoio financeiro que eu recebo bolsa família e minha família correu atrás e agora eu estou recebendo um benefício do governo como se ele estivesse encostado, uma ajuda de custo e o município não ajuda em nada, até a diretora da creche disse que uma mulher da prefeitura vinha aqui pra começar um atendimento com ele, mas eu esperei o ano todo e ela não veio.”

A mãe disse que para matricular o seu filho não teve nenhum impedimento ou resistência alguma, pelo contrário foi orientada que seu filho iria ser acompanhado por uma cuidadora que seria solicitada após o ato da matrícula e que recebeu muita ajuda do corpo técnico da creche e que acha que a creche não tem um bom espaço para seu filho, falta algumas coisas para ajudá-lo a andar.

Pra mim o importante é que cuide bem do meu filho e que não deixe ele se machucar por causa do problema que ele tem no coração, só isso pra mim tá bom o resto não tem nada

não. No começo ele era bem tímido, não falava não se entrosava com os coleguinhas e professoras e não queria ir pra creche, mas agora ele melhorou e até chora pra ir estudar na creche.

Segundo a mãe ela não dá muita importância para professores ou instituição que trabalhe a inclusão, mas o importante pra ela é apenas o cuidado que eles tenham com seu filho. E com essa fala ela nos mostra que não entende muito sobre esse assunto e como a gestora relatou esta mãe é mais uma daquelas que colocam seu filho na creche apenas para cuidados do dia a dia. Em relação ao comportamento do seu filho ela disse que ele chegou muito tímido e depois foi fazendo amizades com os coleguinhas e funcionários em toda a creche.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil e a educação inclusiva passaram por diversos problemas, pois no começo as duas eram tratadas com discriminação e arrogância sendo praticamente inexistentes.

Com o passar do tempo e com as mudanças aparecendo, houve também o surgimento de novos conceitos dentro da sociedade, o que impulsionou reivindicações e lutas a favor do direito igual para todos.

A partir de então foram criadas leis que favorecem estas áreas educacionais. Tornando a educação obrigatória e gratuita.

Com respaldos legais a nossa luta hoje é para que estes sejam concretizados em nossa sociedade, sabendo que em muitos lugares do nosso país e até no mundo é aparente as dificuldades de implementação e permanência do processo de inclusão e assistência para a educação infantil e especial.

A creche não tem estrutura física para comportar alunos com deficiência física e nem recursos didáticos para apoiar os professores na aplicação de uma metodologia inclusiva. Em relação a formação dos funcionários, houve uma no início do ano sobre deficiência de um modo geral apenas para os professores e os demais funcionários não tem nenhuma preparação sobre o assunto. Esta criança não é acompanhada por nenhum profissional especializado, na sala de aula ele é acompanhado pela professora que está terminando o curso de pedagogia e uma cuidadora que não terminou o ensino médio. Para o atendimento de crianças com deficiência há um espaço especializado em Bayeux chamado de CRIS (Centro de Referência de Integração Social), mas a mãe nunca o levou para ser acompanhado. A metodologia utilizada pela professora é a que ela utiliza para todas as crianças em sala, a maior dificuldade encontrada era no início, pois ele não conseguia pegar no lápis e demais materiais por que tem deficiência motora e necessitava de algumas adaptações.

Sabemos que há muito caminho para ser percorrido até chegarmos a uma educação verdadeiramente inclusiva na Creche Alice Suassuna, porém percebemos nos questionários, diálogos e registros diários que esta realidade não está longe, pois os funcionários de um



modo geral querem e em alguns momentos conseguem fazer esta inclusão e querem está prática inclusiva inserida neste ambiente, no entanto há muito a desejar para efetivação deste processo, pois necessitam de um apoio maior como por exemplo: materiais , formação e capacitação para trabalhar uma perspectiva inclusiva.

## REFERÊNCIAS

AHMAD. Laila Azize Souto, **Um breve Histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil P@rtes** (São Paulo). V.00 p.eletrônica. Junho de 2009. Disponível em <[www.partes.com.br/educacao/historicoinfanzia.asp](http://www.partes.com.br/educacao/historicoinfanzia.asp)>. Acesso em 24/09/2016.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BERSCH, R.; MACHADO, R. **Conhecendo o aluno com deficiência física**. In: SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. *Atendimento educacional especializado: Deficiência física*. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007. p.15-24.

BERSCH, Rita, **Atendimento educacional especializado do aluno com deficiência física**/ Rita Bersch, Rosângela Machado – São Paulo: moderna, 2010. – (Cotidiano escolar: ação docente).

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BISCEGLI, T. S. et al. **Avaliação do estado nutricional e do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças frequentadoras de creche**. *Rev. Paul Pediatr*, v.25, n.4, p.337-42, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos: 203).

BRASIL. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004c.

BRASIL. Constituição (1988). Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais de n.1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas emendas

constitucionais de revisão de n. 1 a 6, de 1994. 23. ed. Brasília, DF: Câmara dos deputados, Coordenação de publicações, 2004

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei no 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

BRASIL, Referencial curricular nacional para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. In CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13 – 21.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

DE VITTA, F. C. F.; EMMEL, M. L. G. **A dualidade cuidado x educação no cotidiano do berçário**. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.14, n.28, p.177-189, 2004.

DIDONET, Vital. **Não há educação sem cuidado**. In: Revista Pátio de educação infantil. Abr./jul.: Porto Alegre, 2003, p. 6 – 9.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, Rosana (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2.ed.Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversando sobre iniciação a pesquisa científica**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. 80p

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2001, p.19.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. **Instituições Pré-escolares Assistencialista no Brasil (1889-1922)**. Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n.78, p.18-21, ago. 1991. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEITE FILHO, Aristeo. **Proposições para uma educação infantil cidadã**. In: GARCIA, Regina Leite; LEITE FILHO, Aristeo (Org.) In: Em defesa de uma educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 31.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo, Cortez. 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração X inclusão: educação para todos**. Pátio, Porto Alegre, n. 5, p. 48-51, maio/jul. 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar: eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5a. Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/convencao>> Acesso em: 28 fev. 2016.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 92-95.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios** dessa modalidade educacional. Revista HISTERDBR On-line. Campinas, n.33, p. 78-86, mar. 2009.

PROENÇA, Maria Alice de Rezende. **A rotina como âncora do cotidiano na educação infantil**. Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, 2004, p. 14.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-185.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educar e cuidar como funções da educação infantil no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de Campinas, 1999. p. 23.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão: um guia para educadores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Biblioteca ArtMed. Fundamentos da educação).

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 288

## APÊNDICES

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a)

Entrevistado(a)

---

Esta pesquisa é sobre O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA CRECHE ALICE SUASSUNA EM BAYEUX - PB que está sendo desenvolvida por Dayse Ferreira Cícero, aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora Izaura Maria de Andrade da Silva.

O objetivo do estudo é verificar como ocorre o processo de inclusão de um aluno deficiência física na creche Alice Suassuna, analisando quais as concepções de toda a equipe escolar desta instituição sobre a inclusão de crianças com deficiências em salas regulares e quais metodologias usadas para aprendizagem das mesmas.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas Pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Nome completo do (a) participante:

---

Assinatura do (a) participante da pesquisa

RG: \_\_\_\_\_

Caso necessite de maiores informações , favor ligar para

---

Dayse Ferreira Cícero - (83) 98632-5470

**Questionário diretora**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Prezado(a)

Entrevistado(a),

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de conclusão de curso - TCC, da curso de GRADUAÇÃO em PEDAGOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, cujo objetivo é verificar como ocorre o processo de inclusão de um aluno deficiência física na creche Alice Suassuna, bem como a visão que os educadores possuem sobre o processo de inclusão.

<b>PERFIL DO ENTREVISTADO(A):</b>
<b>SEXO:</b> ( ) MASCULINO ( ) FEMININO
<b>IDADE:</b> ( ) 18 a 29 ( ) 30 a 41 ( ) 42 a 54 ( ) 55 em diante
<b>ESCOLARIDADE:</b>  ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Ensino superior incompleto  Qual sua formação?_____
<b>TEMPO DE SERVIÇO:</b>  ( ) Menos de um ano ( ) Entre 1 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos ( ) Entre 10 e 15 anos ( ) Entre 15 e 20 anos ( ) Mais de 20 anos
<b>VINCULO EMPREGATÍCIO</b>  ( ) Contrato de emergência ( ) prestador de serviço ( ) concursado ( ) outro

1 - Para você esta creche e os professores estão preparados para receber alunos com alguma deficiência? Por quê?

---



---



---

---

---

2 - No começo como foi a expectativa de ter um aluno com deficiência física na creche, na sala de aula?

---

---

---

---

---

3 - Houve ou há alguma barreira para a inserção de crianças com deficiência nesta instituição? Porque e Quais são?

---

---

---

---

---

4 - Existe alguma formação para os professores em relação a melhoria da inclusão deste aluno? Se sim ela é utilizada?

---

---

---

---

---

5 - Há algum outro espaço especializado que o aluno frequente exceto a creche? Qual?

---

---

---

---

---

6 - Quais as metodologias utilizadas por você enquanto gestora para o desenvolvimento da educação inclusiva nesta instituição?

---

---

---

---

---

7 - Para você, o que é mais importante: um professor com disposição para realizar a inclusão ou uma instituição com atitude inclusiva? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

8 - Para você qual o maior desafio que os gestores encontram no contexto da educação inclusiva hoje?

---

---

---

---

---

---

Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela sua contribuição!



**Questionário professora**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Prezado(a) Entrevistado(a), \_\_\_\_\_

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de conclusão de curso - TCC, da curso de GRADUAÇÃO em PEDAGOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, cujo objetivo é verificar como ocorre o processo de inclusão de um aluno deficiência física na creche Alice Suassuna, bem como a visão que os educadores possuem sobre o processo de inclusão.

<b>PERFIL DO ENTREVISTADO(A):</b>
<b>SEXO:</b> ( ) MASCULINO ( ) FEMININO
<b>IDADE:</b> ( ) 18 a 29 ( ) 30 a 41 ( ) 42 a 54 ( ) 55 em diante
<b>ESCOLARIDADE:</b>  ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Ensino superior incompleto  Qual sua formação? _____
<b>TEMPO DE SERVIÇO:</b>  ( ) Menos de um ano ( ) Entre 1 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos ( ) Entre 10 e 15 anos ( ) Entre 15 e 20 anos ( ) Mais de 20 anos
<b>VINCULO EMPREGATÍCIO</b>  ( ) Contrato de emergência ( ) prestador de serviço ( ) concursado ( ) outro

1 - Para você esta creche e os professores estão preparados para receber alunos com alguma deficiência? Por quê?

---



---



---



---



---

2 - No começo como foi a expectativa de ter um aluno com deficiência física na creche, na sala de aula?

---

---

---

---

---

3 - Houve ou há alguma barreira para a inserção de crianças com deficiência nesta instituição? Porque e Quais são?

---

---

---

---

---

4 - Existe alguma formação para os professores em relação a melhoria da inclusão deste aluno? Se sim ela é utilizada?

---

---

---

---

---

5 - Há algum outro espaço especializado que o aluno frequente exceto a creche? Qual?

---

---

---

---

---

6 - Quais as metodologias utilizadas por você enquanto professor(a) para o desenvolvimento da educação inclusiva nesta instituição?

---

---

---

---

---

7 - Para você, o que é mais importante: um professor com disposição para realizar a inclusão ou uma instituição com atitude inclusiva? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

8 - Para você qual o maior desafio que os gestores encontram no contexto da educação inclusiva hoje?

---

---

---

---

---

---

Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela sua contribuição!

**Questionário supervisora**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Prezado(a) Entrevistado(a), \_\_\_\_\_

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de conclusão de curso - TCC, da curso de GRADUAÇÃO em PEDAGOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, cujo objetivo é verificar como ocorre o processo de inclusão de um aluno deficiência física na creche Alice Suassuna, bem como a visão que os educadores possuem sobre o processo de inclusão.

<b>PERFIL DO ENTREVISTADO(A):</b>
<b>SEXO:</b> ( ) MASCULINO ( ) FEMININO
<b>IDADE:</b> ( ) 18 a 29 ( ) 30 a 41 ( ) 42 a 54 ( ) 55 em diante
<b>ESCOLARIDADE:</b>  ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Ensino superior incompleto  Qual sua formação? _____
<b>TEMPO DE SERVIÇO:</b>  ( ) Menos de um ano ( ) Entre 1 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos ( ) Entre 10 e 15 anos ( ) Entre 15 e 20 anos ( ) Mais de 20 anos
<b>VINCULO EMPREGATÍCIO</b>  ( ) Contrato de emergência ( ) prestador de serviço ( ) concursado ( ) outro

1 - Para voce esta creche e os professores estão preparados para receber alunos com alguma deficiência? Por quê?

---



---



---



---



---

2 - No começo como foi a expectativa de ter um aluno com deficiência física na creche, na sala de aula?

---

---

---

---

---

3 - Houve ou há alguma barreira para a inserção de crianças com deficiência nesta instituição? Porque e Quais são?

---

---

---

---

4 - Existe alguma formação para os professores em relação a melhoria da inclusão deste aluno? Se sim ela é utilizada?

---

---

---

---

---

5 - Há algum outro espaço especializado que o aluno frequente exceto a creche? Qual?

---

---

---

---

---

6 - Quais as metodologias utilizadas por você enquanto supervisora para da educação inclusiva nesta instituição?

---

---

---

---

---

7 - Para você, o que é mais importante: um professor com disposição para realizar a inclusão ou uma instituição com atitude inclusiva? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

8 - Para você qual o maior desafio que os gestores encontram no contexto da educação inclusiva hoje?

---

---

---

---

---

Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela suas contribuições

### Questionário Família

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Prezado(a) Entrevistado(a), \_\_\_\_\_

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de conclusão de curso - TCC, da curso de GRADUAÇÃO em PEDAGOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, cujo objetivo é verificar como ocorre o processo de inclusão de um aluno deficiência física na creche Alice Suassuna, bem como a visão que os educadores possuem sobre o processo de inclusão.

<b>PERFIL DO ENTREVISTADO(A):</b>
<b>SEXO:</b> ( ) MASCULINO ( ) FEMININO
<b>IDADE:</b> ( ) 18 a 29 ( ) 30 a 41 ( ) 42 a 54 ( ) 55 em diante
<b>ESCOLARIDADE:</b>  ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Ensino superior incompleto  Qual sua formação? _____
<b>TEMPO DE SERVIÇO:</b>  ( ) Menos de um ano ( ) Entre 1 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos ( ) Entre 10 e 15 anos ( ) Entre 15 e 20 anos ( ) Mais de 20 anos
<b>VINCULO EMPREGATÍCIO</b>  ( ) Contrato de emergência ( ) prestador de serviço ( ) concursado ( ) outro

1 - Qual o nome completo, idade e causa da deficiência do seu filho?

---



---



---



---



---

2 - Como vocês descobriram que ele era uma criança com deficiência?

---



---

---

---

---

3 - Quais as dificuldades mais encontradas até hoje em relação a educação do seu filho?

---

---

---

---

---

4 - Vocês(família) tem algum apoio financeiro, psicológico ou social oferecido pelo município? Se sim qual?

---

---

---

---

---

5 - Houve ou há alguma barreira para a inserção do seu filho nesta instituição? Quais?

---

---

---

---

---

---

6 - Você acha que esta creche oferece uma estrutura física boa para seu filho?

---

---

---

---

---



7 - Para você, o que é mais importante: um professor com disposição para realizar a inclusão ou uma instituição com atitude inclusiva? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

8 - Como foi para voce a adaptação dele na creche de modo geral, com os colegas e professores quando ele começou e agora?

---

---

---

---

---

Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela sua contribuição!